

RELATÓRIO SOBRE OS SINDICATOS RURAIS EM PERNAMBUCO¹

Mary E. Wilkie²

Prólogo³

A socióloga inglesa Mary E. Wilkie recebeu uma bolsa do Governo Brasileiro, a fim de estudar problemas rurais do Brasil. Antes de chegar ao País, entrou em contacto com o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais e tomou esta instituição como “focal point” de seu programa de trabalho. E assim tem tido participação em atividades que tiveram a colaboração do CENTRO, de cujo “staff” técnico recebeu orientação e cooperação, de modo a traçar o rumo de seus estudos.

Suas preocupações pelos problemas rurais, e tendo em vista a oportunidade surgida com o crescimento dos sindicatos rurais, levaram Mary E. Wilkie a interessar-se por este aspecto do problema agrário no Brasil. Daí a visita feita, sob os auspícios do CENTRO, ao Nordeste. Era seu desejo visitar várias áreas da Região; infelizmente, porém, por diferentes circunstâncias, essa visita restringiu-se a Pernambuco.

É justamente a respeito dos sindicatos rurais de Pernambuco que reuniu Mary E. Wilkie suas observações no relatório que hoje o CENTRO divulga, em edição mimeografada, como uma contribuição ao conhecimento e estudo desse assunto, sem dúvida nenhuma, de grande repercussão neste momento da vida brasileira. O depoimento da socióloga britânica é sobretudo útil e interessante, pois se coloca na posição independente de quem apenas observa e procura interpretar os fatos vistos e registrados.

Esperamos que este trabalho constitua uma contribuição a mais ao estudo, em bases sólidas e autenticamente reais, do problema agrário, tema este que tem levado o CENTRO à realização de vários outros estudos, alguns já publicados em seu periódico *America Latina*, outros ainda em vias de publicação. O CENTRO recolherá, com o mais

¹ Relatório publicado, no Rio de Janeiro, em abril de 1964, pelo CENTRO LATINO AMERICANO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Tradução Christine Rufino Dabat. A tradutora agradece o apoio do Prof. Thomas Rogers, da Emory University, para conseguir uma versão integral do original do presente relatório, e dos graduandos do Departamento de História da UFPE Débora Lopes do Rêgo, Mylena Cristina Lima da Silva e Sailes Emanuel da Silva para a transcrição das tabelas.

² Agradecimentos da autora. Pela oportunidade de conduzir este estudo, devo agradecer ao diretor das Ciências Sociais no Centro Latino Americano de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro. Sou particularmente grata a seu diretor, Prof. Manuel Diegues Júnior pelos conselhos e apoio que ele me concedeu ao longo do estudo. Outras pessoas me ajudaram muito e devo-lhes calorosa gratidão, em particular Dr Memel Souza Barros e o Departamento de Sindicalização da SUPRA assim como os representantes da organização sindical de Pernambuco. Sem sua colaboração, este estudo não teria sido possível. Aproveito a oportunidade para expressar mais uma vez minha gratidão ao Dr. Scarabotolo e o Departamento das Relações Culturais do Ministério das Relações Exteriores pelos constantes apoio e cooperação. M. E. W.

³ Texto figurando em português na versão original do relatório, como o resumo. NdT.

vivo apreço, quaisquer sugestões, observações ou impressões de leitura, que este relatório de Mary E. Wilkie tenha provocado.

Rio de Janeiro, março de 1964. Manoel Diégues Júnior. Diretor

Resumo

Inicialmente, a Autora procura dar uma ideia das circunstâncias que propiciaram o aparecimento dos sindicatos rurais no Brasil. Descreve brevemente os aspectos históricos da distribuição da terra no Brasil, as condições em que vivem atualmente os trabalhadores, a atuação do Governo através do Ministério do Trabalho e o papel da Igreja na organização de grande número dos já existentes sindicatos rurais. Explica as razões da escolha do Estado de Pernambuco como área de estudo, e o método de estudo empregado.

No capítulo seguinte procura a Autora fornecer alguns dados sobre o Estado de Pernambuco, sua divisão em zonas e as atividades econômicas exercidas em cada zona. Apresenta quadros estatísticos contendo: a) Dados gerais sobre terra, população e sindicatos segundo o censo de 1960, relativos às diferentes zonas; b) Porcentagem da área total declarada pelos estabelecimentos, população total e população empregada na agricultura, em cada zona; c) Distribuição de estabelecimentos agrícolas de vários tamanhos, e a área cultivada, segundo grupos de tamanho em cada zona do Estado; e d) Número de estabelecimentos por zona e pelo Estado, e área (em hectares) coberta por todos os estabelecimentos em cada grupo de tamanho como porcentagem da área total em estabelecimentos por zona e pelo Estado.

No capítulo terceiro, a Autora expõe rapidamente alguns aspectos das relações de trabalho rural no Estado de Pernambuco, as condições estabelecidas pelos proprietários, o isolamento dos trabalhadores na agricultura canavieira, a exploração dos vários tipos de trabalhadores por parte dos donos das terras e os conflitos que começam a manifestar-se.

Examina a existência de leis sobre trabalho rural e sindicalismo e sua não-aplicação. Relaciona leis sobre criação de sindicatos rurais desde 1903, descreve a resistência dos proprietários através da Confederação Rural Brasileira até a final aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1963.

Iniciando com a descrição histórica do aparecimento das Ligas Camponesas, seu desenvolvimento até a presente data, seus atuais princípios gerais, e sua influência no surgimento e formação dos sindicatos rurais em Pernambuco, apresenta números seriais relativos ao movimento sindical no Estado. Cita os benefícios já conseguidos através desses sindicatos e sua organização em uma Federação de sindicatos, sindicatos independentes e as Ligas Camponesas, que, em realidade, não são sindicatos, e sim sociedades agrícolas.

No capítulo seis, descreve o papel da Igreja na criação dos Sindicatos Federados. A Igreja, por intermédio do bispado, nomeou quatro padres para o trabalho de criação de sindicatos cristãos na região. Tão logo líderes foram instruídos mediante cursos de liderança, os padres foram se afastando do trabalho direto no sindicatos e procuram dar agora apenas conselhos e orientação quando estes parecem necessários.

Descreve também a organização da Federação, o papel desempenhado pelos advogados (função tríplice) e pelo assessor administrativo e a ênfase dada à orientação cristã para os sindicatos. Em algumas notas, descreve alguns sindicatos visitados e seu papel na região, tais como os de Escada, Vitória de Santo Antão, Nazaré da Mata, Timbaúba, Bom Jardim e João Alfredo.

Quanto aos sindicatos independentes, não são eles numerosos e não formam um grupo homogêneo, como é o caso dos sindicatos federados. Dois foram pela Autora visitados, o de Palmares e o de Jaboatão, os quais são examinados neste relatório, quanto à sua criação, extensão, orientação política, seu papel, seus inimigos, suas conquistas, suas dificuldades.

Examina também as relações entre os sindicatos e os proprietários de terra. Após uma reação negativa inicial, tendo em vista a hostilidade já demonstrada contra as Ligas Camponesas, grande número de proprietários tem atualmente relações mais harmoniosas com os sindicatos, principalmente aqueles filiados à Federação. Quanto aos independentes, as relações são menos favoráveis. Em relação ao futuro, com as perspectivas atuais, tudo faz crer que os conflitos virão em grande número e também as invasões de propriedades por parte dos trabalhadores sem terra.

Trata das relações entre os sindicatos e outras organizações:

- 1) As Ligas Camponesas têm uma interpretação diferente da situação rural, bem como do remédio para o futuro; acreditam elas que a única solução para o problema rural é uma revolução armada e, para tanto, estão sendo treinados membros em Cuba. Apesar disso, as relações entre os sindicatos e as Ligas têm sido muitas vezes harmoniosas e até mesmo de colaboração;

- 2) SUPRA – até o momento em que este estudo foi realizado, a SUPRA ainda não havia definido sua política em relação aos sindicatos, mas sou delegado em Pernambuco declarava sua intenção de estabelecer 60 novos sindicatos do Estado;
- 3) SUDENE e ANCAR – embora as duas entidades se dediquem à promoção rural, nenhuma das duas apresenta uma política definida em relação ao estabelecimento de sindicatos, embora haja entre aquelas e estes tentativas de cooperação.

Introdução

O presente documento é um relatório a respeito de sindicatos rurais no estado de Pernambuco. Nesta introdução, gostaria de explicar como e por que este estudo foi empreendido. Mas, exatamente como, para descrever os sindicatos no relatório a seguir, é preciso dar uma ideia das circunstâncias nas quais eles foram iniciados. Portanto, nesta introdução para explicar por que estudei estes sindicatos, parece apropriado tecer algumas considerações gerais sobre as condições dos trabalhadores rurais. Se for preciso de um ponto de partida histórico, basta dizer que o Brasil foi descoberto em 1500 e, em seguida, colonizado para prover bens para Portugal e o Mercado europeu. Antes mesmo da exploração do país e da tomada de conhecimento de seus limites, amplas doações de terra foram concedidas aos administradores e pessoas nomeadas pela coroa portuguesa, e a terra era trabalhada por escravos. Hoje em dia, a agricultura brasileira ainda está orientada para o mercado de exportação, isto é, o mercado mundial. A terra concentrada entre muito poucas mãos, mas está sendo trabalhada por trabalhadores rurais ou camponeses, termo que vou usar para designá-los.

Os camponeses e suas famílias são por volta de trinta milhões de pessoas. Seu nível de vida é extremamente baixo, caracterizado por uma remuneração, nutrição e alojamento inadequados, bem como a virtual ausência de serviços médicos e educacionais. Os camponeses não têm meios de participar da vida política do país nem de compartilhar os benefícios materiais e culturais da sociedade em desenvolvimento. Sua posição é mantida pelo sistema de distribuição da terra e, portanto, da riqueza e renda; pelo nível primitivo das técnicas agrícolas, que torna a produção per capita baixa, em certos casos, mais baixa do que nos países que competem com o Brasil no mercado de exportações; pela abundante disponibilidade de força de trabalho e a ausência completa de garantias efetivas no que toca à permanência e condições do trabalho do camponês.

Mas, com o crescente reconhecimento, por parte dos camponeses e grupos fora das áreas rurais, que estas condições são socialmente insuportáveis, soluções são buscadas para estes problemas. A Reforma Agrária é debatida. Tentativas são feitas para colocar em funcionamento a maquinaria para implementar as leis existentes que dizem respeito à mão de obra rural. Organizações espontâneas estão surgindo entre os camponeses para defender tais direitos que eles têm, e fazer pressão para o reconhecimento de outros, ainda não concedidos. E, com o advento dos sindicatos de trabalhadores rurais, assiste-se à tentativa de criar um órgão legalmente constituído para representar a classe camponesa como um todo.

Apenas recentemente, o Ministério do Trabalho adotou a política de reconhecer os sindicatos rurais e conceder-lhes a documentação necessária para que sua existência

fosse legal. Sindicatos começam apenas a surgir, talvez fosse apropriado dizer proliferam como cogumelos, e precisam ainda definir seu papel nas áreas em que operam. Em agosto de 1962, o serviço de sindicalização da SUPRA publicou as respostas fornecidas em questionários que eles mandaram, há alguns meses, a alguns poucos sindicatos rurais existindo. No que tange a suas realizações, os que responderam relatam a oferta de serviços educacionais, legais e médicos a seus membros. Um ano mais tarde, foi relatado de Pernambuco que os sindicatos haviam pressionado e obtido o pagamento do salário mínimo. Esta breve informação suscitou o presente estudo. Parecia necessário saber o que eram estes sindicatos rurais, como haviam se formado, e quais eram seus objetivos e aspirações. Será que o sindicato rural era uma organização beneficente? Era uma instituição capaz de modificar as relações rurais que mantinham o camponês numa posição de subserviência?

Visitei Pernambuco em outubro de 1963 para observar e estudar os sindicatos rurais aí. Pernambuco foi escolhido por um número de razões. Sendo o estado de origem das Ligas Camponesas, gozava de certa história no que diz respeito a associações rurais. A Igreja estava promovendo sindicatos e havia organizado grande número deles no estado, entre os quais a maioria dos vinte e tantos que eram, então, oficialmente reconhecidos. O estado conheceu uma ação sindical exitosa ao forçar o pagamento do salário mínimo; e finalmente, enquanto estado do Nordeste, era interessante por representar as condições no campo na região como um todo. Visitei certo número de sindicatos na região costeira e conversei com líderes sindicais. Consegui observar algo de seu trabalho no dia a dia, das condições nas quais operam e dos problemas que enfrentam. Fui ajudada em grande medida pela Federação dos Sindicatos Rurais cuja sede serviu como lugar para encontrar os dirigentes sindicais do interior do estado e de outros estados. Viajei com seus advogados em visitas de rotina que se revelaram o meio mais conveniente para visitar o interior. A delegacia local da SUPRA me ajudou a conseguir informação sobre o movimento sindical e arranjar uma visita ao Sindicato de Palmares. Outras viagens foram feitas de ônibus. Tentei visitar sindicatos típicos em vez de aqueles que eram de algum modo excepcionais ou beneficiando de ampla cobertura midiática. E, embora me dissessem, muitas vezes, que seria interessante visitar tal ou qual sindicato, a falta de transporte me permitiu seguir meus planos.

No relatório a seguir, tentei organizar minhas observações e descrever a forma como funciona o movimento sindical rural. Este estudo foi realizado em pouco tempo, um mês, e fazê-lo provocou mais perguntas do que respostas. Muitas destas perguntas dizem respeito às Ligas Camponesas que foram deliberadamente excluídas no planejamento deste estudo. Entretanto, evidenciou-se que as Ligas Camponesas não podem ser ignoradas e muitas referências serão feitas a elas. Só se espera que as limitações do presente estudo serão superadas por futuros estudos neste campo.

Dados sobre o estado de Pernambuco

O estado de Pernambuco cobre uma área de 98.281 km². Dados preliminares do Censo agrícola de 1960 divide o estado em zonas e fornece a área declarada por estabelecimentos agrícolas em uma delas, bem como em cada município. As zonas do

censo são nove. Consideraremos as aqui em três conjuntos sendo o Litoral e Mata ou seja a faixa litoral, como definidos no censo; o Agreste, também seguindo a definição do censo; e em terceiro lugar, o Sertão ou interior que, no censo, é dividido em sete zonas.

A zona costeira é a mais populosa do estado, mas a população ocupada na agricultura é menor tanto numericamente quanto proporcionalmente do que nas outras zonas, em razão das fontes alternativas de emprego nos setores industrial e de serviços da economia. Em termos agrícolas, a zona costeira é a mais importante do estado, pois é em menos da metade de sua área que mais de 90% da produção de açúcar do estado é produzida, o que atinge mais ou menos 8.000.000 de toneladas por ano. Todos os municípios desta zona tem um sindicato rural ativo. Os trabalhadores do açúcar são geralmente assalariados e tiveram provavelmente a experiência de beneficiar da ação do sindicato numa medida maior do que muitos trabalhadores rurais no estado. Os trabalhadores empregados em outras culturas como milho, feijão, batata doce, mandioca, abacaxi e outros frutos podem também ser assalariados, mas é provável que sejam meeiros, arrendatários ou moradores.

O Agreste é mais pobre do que a região costeira e produz, sobretudo, gado e algodão, e em segunda posição, culturas de subsistência. Há grande número de pequenas propriedades nesta zona que cobre 26.8% da área registrada como estabelecimentos agrícolas. Os camponeses são produtores semi-autônomos, ou seja, se não possuem a terra, eles são geralmente meeiros ou arrendatários, e não assalariados. Há um movimento de migração sazonal do Agreste à zona costeira para a safra de cana de açúcar.

O Sertão ou *hinterland* é a maior região do estado em termos de extensão e pertence à área maior nordestina, conhecida como o polígono das secas. A criação de gado é a ocupação principal, mas a variação geográfica nesta vasta zona permite a produção de uma grande variedade de culturas, especialmente para o consumo local.

Dados oriundos da sinopse preliminar do Censo de 1960 para Pernambuco

	ZONAS			
	Litoral	Agreste	Sertão	Total
Área de terra declarada em estabelecimentos agrícolas (em hectares)	1,021,366	1,366,497	3,893,044	6,280,907
População total	2,128,202	1,273,069	735,629	4,136,900
População ocupada na agricultura.	261,277	600,366	396,886	1,258,529
População ocupada na agricultura em municípios com sindicatos	235,128	570,288	170,455	1,002,020
População ocupada na agricultura em municípios sem sindicatos	8,149	30,078	226,431	256,509
Número de municípios	35	37	30	102
Número de municípios com sindicato	34	32	10	77

Fonte: Os dados sobre os sindicatos foram fornecidos por SUPRA em outubro de 1963.

**Percentagem do total de área de terra declarada em estabelecimentos,
total da população, e população ocupada na agricultura em cada zona**

	LITORAL	AGRESTE	SERTÃO	TOTAL
Área de terra declarada em estabelecimentos agrícolas em hectares	16	22	62	100
População total	51	31	18	100
População total ocupada na agricultura	21	48	31	100

**Distribuição dos estabelecimentos agrícolas de vários tamanhos,
e área ocupada por cada grupo de tamanho em cada zona do estado**

N. – número de estabelecimentos. A. – área (em hectares) ocupada pelos estabelecimentos em cada grupo.

	LITORAL		AGRESTE		SERTÃO		TOTAL	
	N.	A.	N.	A.	N.	A.	N.	A.
1.	21.007	54.065	137.845	65.260	41.251	168.525	200.103	587.848
2.	2.387	61.744	18.425	474.647	30.040	991.969	50.850	1.528.360
3.	1.729	665.698	1.756	432.855	6.059	1.621.646	9.544	2.720.199
4.	151	239.861	46	93.735	370	1.110.904	567	1.444.500
T.	25.274	1.021.366	158.070	1.366.497	77.720	3.893.044	261.064	6.280.907

O tamanho dos grupos são: 1. Até 10 hectares. 2. 10 ou mais hectares até 100. 3. 100 ou mais até 1000 hectares. 4. Maior que 1000 hectares.

**Número de estabelecimentos em cada grupo de tamanho expressado por uma
percentagem do número total de estabelecimentos por zona e o estado. e áreas de
terra (em hectares) abrangidas por todos os estabelecimentos em cada grupo de
tamanho como porcentagem do total da área de terra nos estabelecimentos por
zona e estado**

Grupo de tamanho	Litoral		Agreste		Sertão		Total	
	N.	A.	N.	A.	N.	A.	N.	A.
1. Até 10	84.0	5.3	87.2	26.8	53.4	4.4	76.7	9.2
2. 10 – 99	9.0	6.1	11.4	34.7	39.2	25.4	19.3	24.4
3. 100 – 999	6.5	65.0	1.1	31.7	6.9	41.8	3.7	43.5
4. A partir de 1000	0.5	23.7	0.3	6.8	0.5	28.4	0.3	22.9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Alguns aspectos das relações de trabalho

Observadores das áreas rurais em geral, e particularmente no Nordeste, são unânimes a relatar a pobreza dos camponeses e a exploração dos mesmos pelos grandes

proprietários. Por definição, um camponês depende do grande proprietário para seu emprego e continuidade desse, e as peculiaridades do sistema de posse da terra no Brasil impõem outras formas de dependência que não são necessariamente consideradas implicitamente com uma relação contratual. Pelo fato de que não há a instituição da terra comum, os camponeses geralmente moram na propriedade de seus empregadores, o que significa que sua moradia depende de seu emprego, e uma mudança de emprego significa uma mudança de residência. O proprietário, em virtude de seu direito de propriedade, e na ausência de estradas vicinais que atravessam sua propriedade, controla todo o acesso a sua terra, e pode portanto regular os contatos de seus empregados com comerciantes, educadores e outras pessoas estranhas. O tamanho da propriedade ou sua localização distante de uma cidade pode isolar o camponês a tal ponto que suas únicas relações sociais são com os companheiros de trabalho. Ele e eles se relacionam com o mundo maior através do empregador. Pois o empregador não apenas garante sua subsistência e ocasionalmente lhes concede alguns 'extras' não previstos nos termos combinados na remuneração, mas também fornece informação, e a interpreta, e os coloca em relação com o mundo além da propriedade.

O isolamento dos trabalhadores na área canavieira de Pernambuco é gritante. Grupos de vinte a quarenta famílias vivem em arruados perdidos no meio do canavial. A existência de escolas, cuidados médicos e possibilidades de lazer dependem da boa vontade do proprietário e geralmente inexistam. Há casas comerciais, pois a plantação geralmente tem uma loja que vende alimentos e outros bens de primeira necessidade. Os preços elevados que são cobrados para estas mercadorias são bem notórios, mas o que há de pior é que em muitos lugares da região canavieira, os salários são pagos em vales, apenas válidos nesta loja. Em Pernambuco, este barracão, como é chamado, exista ainda, embora os trabalhadores sejam agora pagos em espécie.

Os diversos sistemas de trabalho podem ser definidos em termos das condições de trabalho e de remuneração; das ocasiões de exploração que ocorrem; e das mais frequentes causas de conflito entre proprietários e camponeses. Voltando aos trabalhadores da sacarcultura, eles são agora, na sua maioria, assalariados, e sua situação geral está melhorando consideravelmente graças à organização sindical. O barracão, que costumava manter os camponeses permanentemente endividados, está perdendo poder na medida em que os salários são pagos em dinheiro. Mas ele ainda funciona em outros estados nordestinos. Novamente, antes do advento da inspeção dos sindicatos, não havia regra a respeito dos horários de trabalho para homens, mulheres e crianças. A quantidade de trabalho que eles efetuavam era calculada de forma arbitrária e paga da mesma maneira.

Trabalhadores em outras colheitas são submetidos a diferentes tipos de exploração. O morador, o meeiro e o arrendatário podem todos enfrentar restrições quanto ao que podem cultivar na terra que lhes é outorgada. O morador trabalha principalmente na terra do proprietário por um salário diário e tem um lote de terra para cultivar produtos para seu próprio consumo. Os arrendatários podem arrendar a terra numa base anual, pagando por ela em dinheiro ou em trabalho. Neste último caso, isto pode querer dizer que eles providenciam um dia de trabalho de graça por semana. Este

sistema é conhecido como o cambão. Foi apontado com frequência que se este dia de trabalho fosse pago na tarifa legal, em um ano, o camponês poderia ganhar algo como duas vezes o preço da terra que ele trabalhou. O meeiro cultivava um lote de terra, geralmente recebendo o material necessário para iniciar o trabalho, e então divide a safra com o proprietário. Fora as restrições a respeito do que podem plantar, os meeiros e, às vezes, os arrendatários podem enfrentar restrições a respeito de onde e a quem eles podem vender o excedente que eles produzem. Muitas vezes, o proprietário insiste em comprar a produção, medindo ou pesando ele mesmo estes produtos e impondo o preço.

Estes poucos exemplos podem servir para mostrar o grau em que estes acordos de trabalho tornam o camponês dependente do proprietário. E como, até muito recentemente, não havia fornecimento de serviços sociais ou benefícios de seguro social, portanto os grandes proprietários que providenciavam serviços médicos ou assistência de qualquer tipo podiam se considerar anjos da guarda e serem avaliados como 'bons' empregadores. No entanto, embora possa não parecer difícil na base deste critério, ser um 'bom' empregador, são considerados 'maus' empregadores aqueles com os quais o camponês está em conflito. As razões pelas quais o conflito pode ocorrer são muitas. Uma das mais comuns é ser demitido, expulso e a questão da indenização. Se, por alguma razão, o trabalhador é demitido (ou se ele termina voluntariamente seu contrato) ele perde o direito de morar na propriedade de seu empregador e, portanto, deve deixar sua casa e as culturas que empreendeu no lote de terra que lhe foi designada. Há discussões a respeito da legalidade do fato de terminar o contrato; do fato de deixar a casa; e do valor da indenização a ser paga. Conflitos ocorrem a respeito do cumprimento de todos os aspectos do contrato de trabalho; da restrição quanto aos animais domésticos e de certas culturas; da falta de pagamento de salários ou alugueis.

As leis que existem e sua não-aplicação

Leis relacionadas ao trabalhador rural e ao sindicalismo tem uma história relativamente longa. A primeira lei permitindo a constituição de sindicatos rurais foi votada em 1903. Ela vislumbrava sindicatos para todos aqueles que se encontravam engajados em atividades agrícolas, sem distinção entre empregadores e empregados. Treze sindicatos foram fundados com base nesta lei, seis deles em Pernambuco: Cabo, Palmares, Goiana, Escada, Amaraji e Gameleira. Estes sindicatos eram dominados pelos proprietários e sua principal preocupação era apresentar ao governo suas necessidades em termos de crédito e estações agrícolas experimentais. Eles tiveram vida curta.⁴

Após trinta e um anos, em 1944, a temática de sindicatos rurais foi retomada pelo governo, e o Decreto Nº 7.038 autorizou a fundação de sindicatos para os diversos grupos rurais, dedicando atenção especial à formação de sindicatos de trabalhadores. A Consolidação das Leis do Trabalho, do ano anterior, dizia respeito tanto a trabalhadores urbanos como rurais nas suas disposições gerais, garantindo o salário mínimo, o pagamento de férias remuneradas, aviso prévio em caso de demissão, e fornecia diretrizes gerais a respeito dos contratos de trabalho. Dois sindicatos de trabalhadores rurais foram formados, um em 1946 e o outro em 1952, mas exceto eles, o Decreto Nº

⁴ MARCONDES, J. V. Freitas Marcondes. **First Brazilian Legislation Relating to Rural Labor Unions**. Gainesville: University of Florida Press, 1962.

7.038 simplesmente não foi implementado, e as disposições das leis do trabalho permaneceram letra morta no que diz respeito aos trabalhadores rurais. Isto foi devido em parte à resistência organizada dos proprietários no seu grupo profissional, a Confederação Rural Brasileira, e em parte, à falta de máquina administrativa para implementar estas leis nas áreas rurais. Os próprios trabalhadores rurais, na sua maioria ignorantes e analfabetos, isolados e ainda não despertados politicamente, não tinham condições de pressionar para a aplicação da lei.

Em 1954, o Ministro do Trabalho, João Goulart, preparou um plano para estabelecer sindicatos rurais que encontrou a oposição da Confederação Rural Brasileira. Esta organização argumentava que o Decreto Nº 7.038 não tinha razão de ser e que os sindicatos rurais eram ilegais. Eles enviaram um memorando a este respeito para o Conselho de Segurança Nacional mencionando, entre outras coisas, que, *“além das razões políticas, não há nada que justifique o sindicalismo rural”*, *“o proletariado rural não é suficientemente maduro para compreender os direitos políticos que o Ministro João Goulart quer lhes conceder”* e que *“a ação do Ministro do Trabalho é imprudente”*. O Ministro entregou sua demissão quinze dias depois. No entanto, os anos 50 conheceram uma preocupação crescente para com os problemas rurais e a situação dos trabalhadores, e uma série de fatores produziu um despertar dos camponeses e um desejo por sua parte de ver seus direitos implementados. A legalidade dos sindicatos rurais era implicitamente reconhecida, não por um novo decreto, mas pela outorga de reconhecimento a três outros sindicatos (um em 1955, outro em 1956 e um terceiro em 1957) sob o Decreto Nº 7.038. No final do decênio, muitas outras associações de camponeses submeteram pedido de reconhecimento como sindicatos, mas apenas a partir de 1962 foram os sindicatos reconhecidos com relativa facilidade.

Os anos 50 viram também tentativas de criar um conjunto de leis garantindo aos camponeses seus direitos, protegendo o trabalhador rural levando em consideração a natureza variável da produção agrícola. Após anos de esforços e trabalho o terceiro projeto do saudoso Fernando Ferrari tornou-se lei em março de 1963. A lei, o Estatuto do Trabalhador Rural, fornece normas e diretrizes em relação à remuneração e organização dos trabalhadores rurais e leis específicas relacionadas com estes assuntos estão sendo elaboradas e promulgadas presentemente. Em dezembro de 1963, disposições sobre a Segurança Social foram publicadas.

Pano de fundo a respeito do Movimento Sindical

Sempre houve protestos por parte dos camponeses, revoltas isoladas e muitas vezes individuais contra a dominação de um *“mau”* proprietário de terras. Estes protestos foram geralmente resolvidos de maneira privada... pelo proprietário. Associações de camponeses formalmente estruturadas eram inéditas antes de 1955, ano de nascimento das Ligas Camponesas. A primeira Liga Camponesa começou da forma seguinte. Os trabalhadores do engenho Galileia em Pernambuco criaram uma sociedade beneficente para providenciar caixões para seus membros para as oportunidades em que eles próprios ou seus familiares teriam necessidades destes. O proprietário da terra aprovou a ideia mas seu filho achou que a associação era comunista. Ele tentou, portanto, acabar com a associação, finalmente expulsando os camponeses na terra. Estes

procuraram a ajuda de um advogado, e, após algumas dificuldades, conseguiram contratar Francisco Julião, Deputado estadual e membro do Partido Socialista Brasileiro. Julião, não só defendeu e ganhou o caso para os Galileus, como encampou a causa dos camponeses, formando associações chamadas ‘Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco’, popularmente conhecidas como Ligas Camponesas. Elas prosperaram em Pernambuco e entraram em outros estados, sendo particularmente fortes na Paraíba. Desde o começo, as Ligas foram taxadas de comunista, um adjetivo utilizado com liberalidade e de forma inapropriada, no hemisfério ocidental para descrever uma variedade de atitudes e ideias políticas, sociais, culturais e mesmo religiosas. O posicionamento político da Liga parece ter evoluído lentamente, sendo que atualmente eles concordam com os princípios gerais da interpretação chinesa do comunismo. As Ligas foram criticadas por tornar o camponês consciente de suas circunstâncias desfavoráveis sem providenciar qualquer solução para seus problemas – a não ser ao enfatizar a necessidade de uma revolução violenta e fundamental. De qualquer modo, reputa-se também que os camponeses queriam uma solução mais imediata e menos violenta para seus problemas, e por esta razão, responderam ao programa de sindicalização da Igreja que começou em 1961- 1962.

Entre o início do movimento e novembro de 1963, por volta de sessenta sindicatos rurais foram organizados em Pernambuco, a maioria pela Igreja. Uma federação estadual de sindicatos rurais foi organizada e reconhecida oficialmente em 1962. Esta entidade abrange todo o estado e acolha todos os sindicatos de trabalhadores rurais, embora, de fato, 61 dos 62 sindicatos filiados foram organizados pela Igreja. A Federação conta em torno de 200.000 membros. Os outros sindicatos rurais do estado têm origens independentes e não se juntaram à Federação. É difícil estimar o total de membros dos sindicatos independentes. O gigante de Palmares diz ter mais de 30.000 membros e, se os demais sete sindicatos tiverem uma média de 3.000 membros cada, o total de camponeses afiliados a sindicatos independentes chegaria perto de 50.000. Os sindicatos federados se espalham pelo estado todo. Os sindicatos independentes se concentram na zona costeira, particularmente na zona canavieira. Existem superposições das áreas nas quais os sindicatos operam. A tabela no final do relatório mostra a distribuição dos sindicatos nos municípios das diversas zonas.

Considera-se popularmente que as Ligas Camponesas estão declinando, perdendo membros para os sindicatos. Alguns membros dos sindicatos independentes dizem que já foram membros das Ligas, mas não há evidência mais geral a favor ou contra esta suposição. Entretanto, as Ligas Camponesas são ainda ativas, e dizem ter por volta de 40.000 membros em todo o estado. Elas mantem sua identidade legal como sociedade agrícola, e não são interessadas em se tornar sindicatos. Por esta razão, como foi dito acima, as Ligas não foram incluídas no presente estudo, mas não podem ser ignoradas ao contemplar a posição dos trabalhadores rurais em Pernambuco, não somente por sua contribuição para a criação de um clima no qual os sindicatos podiam começar, mas porque elas são reconhecidas oficialmente como representando uma seção da comunidade camponesa, e sua voz é ouvida junto com as vozes dos sindicatos federados e independentes em assuntos que dizem respeito à classe camponesa como um todo. É o movimento camponês (sindicatos e ligas) que conquistou avanços notáveis

para o benefício dos trabalhadores rurais no decorrer do presente ano (1963). Estes avanços são o reconhecimento e pagamento do 13º salário (um mês de salário pago no final de um período de 12 meses como bônus) concedido em março de 1963; o pagamento do salário mínimo, uma tarifa sendo estabelecida para os trabalhadores na zona canavieira, e um salário separado e ligeiramente inferior para os trabalhadores em outras safras, a instituição de uma tabela de tarefas em harmonia com o salário mínimo e a definição da semana de trabalho e de condições para receber o pagamento nos domingos, todos acordados em junho de 1963; e finalmente, em novembro, um aumento de 80% no salário e a garantia de que benefícios de seguro social seriam instituídos.

As origens e a situação atual dos sindicatos federados

Em 1961, membros do Movimento da Juventude Cristã Rural, após visitar o Rio Grande do Norte e ficarem impressionados pelo trabalho do bispo ao criar sindicatos rurais, relataram ao bispo de Recife da necessidade de adotar trabalho similar, lembrando que as condições especiais desse estado com o sucesso das Ligas Camponesas requereriam uma abordagem diferente daquela do Rio Grande do Norte, visto o sucesso das Ligas no estado. Com esta recomendação e o apoio da *Mater et Magistra*, a Igreja em Pernambuco entrou oficialmente no âmbito do sindicalismo rural com o propósito explícito de criar sindicatos cristãos nas áreas rurais e combater as Ligas Camponesas. O bispo nomeou quatro padres para esta missão. Eles formaram, em seguida, párocos em apoio sindical, e procuraram camponeses capazes de liderar sindicatos. Foram ministrados cursos em sindicalismo cristão e os frequentaram os candidatos selecionados por seu potencial de liderança. Na maioria dos casos, a capacidade de liderança fora observado nas atividades dos candidatos nas sociedades católicas e assuntos paroquiais, pois havia muito pouco, além disto, em matéria de organizações nas quais os camponeses poderiam ter tido a oportunidade de exercer ou desenvolver seus talentos. Como um líder sindical o relatou: *“Havia sido catequista por vinte anos quando aparecer a Mater et Magistra do papa João. O padre me falou dos sindicatos e fui fazer um curso para líderes.”* Os padres então explicavam o sindicalismo em termos básicos, dizendo que a lei permitia a organização de grupos por ocupação para promover seus interesses profissionais e de classe; que o sindicato providenciaria uma forma de pressionar para a aplicação da lei e demandar justiça; e que o sindicato, ao defender os direitos dos camponeses, promoveria paz e harmonia social em vez de guerra de classes. Os camponeses aceitaram de bom grau os ideais do sindicalismo, como um dos líderes falou: *“Não sabíamos o que era um sindicato antes do padres nos explicar, mas quando ele nos falou dele, soubemos que era aquilo que nós queríamos.”*

Nas pessoas de sua hierarquia e clero, a igreja está, em certa medida, numa posição incômoda quando entra nos campos da atividade social, pois assume que leigos representam o ponto de vista cristão nestes âmbitos, e uma intervenção por parte de religiosos vale a admissão do fracasso por não ter dado treinamento ou confiado em leigos para tal missão. Quando, como neste caso, a Igreja iniciou o sindicalismo rural, ela não tinha a intenção de criar uma instituição clerical, mas de preparar líderes leigos para assumir toda a responsabilidade da direção e orientação política dos sindicatos.

Portanto, agora com dois anos de atividade já realizados, é a política dos padres de se retirarem do movimento tanto quanto possível e deixar o presidente eleito cuidar do sindicato. Um padre de uma paróquia relatou como ele havia, no começo, ajudado a organizar o sindicato, e como agora preferia permanecer na retaguarda, dando conselhos e orientação quando necessário. Os quatro padres originalmente responsáveis por promover o sindicalismo estão ainda na ativa, um atuando como assessor da Federação dos Sindicatos Rurais.

Relatos da imprensa a respeito da fundação de sindicatos mencionam os aspectos religiosos do evento. Um deles a respeito da criação do sindicato de Quipapá assinala que estavam presentes a este evento um bispo, vários padres, autoridades políticas, notáveis locais, proprietários e centenas de camponeses. A celebração incluiu uma missa, muitos discursos e uma apresentação da banda local. A inauguração da nova sede da Federação dos sindicatos rurais, em outubro de 1963, foi prestigiada por líderes sindicais e um ou dois padres se fizeram presentes para abençoar o prédio de acordo com o costume. Enquanto a maioria dos sindicatos foram organizados e ocuparam espaços em locais que eram propriedade da Igreja, os mais prósperos entre eles estavam agora adquirindo suas sedes independentes, separando-se assim, pelo menos geograficamente, da Igreja.

Ao estressar a necessidade de aplicar a lei e lutar por justiça, estes sindicatos, desde o início, precisavam de assessoria legal para defender os camponeses no tipo de conflito acima mencionado. Agora, com a retirada do clero, os leigos que tem assumido controle do movimento sindical são, nem tanto líderes camponeses, como advogados. A Federação emprega um assessor jurídico e uma equipe de uns seis advogados, estes últimos viajando o tempo todo, visitando sindicatos em todo o estado. O assessor jurídico que tem estado com a Federação desde seus primeiros dias, permanece no escritório desta onde toda a administração do movimento tem sido centrada em torno de sua pessoa. Isto pode ser explicado pelo crescimento rápido em número dos sindicatos, o que causou um aumento na carga de trabalho na Federação. No entanto, parece que a estrutura organizacional da Federação não se adaptou a estas mudanças, com o resultado que o trabalho cotidiano da Federação encontra-se ao mesmo tempo supercentralizado e pouco racional.

Os advogados têm três funções principais. Em primeiro lugar, eles têm o trabalho jurídico de defender os casos dos membros dos sindicatos. Em segundo lugar, eles atuam como canal de comunicação entre a federação e os sindicatos. E, em terceiro lugar, eles assumiram uma função educativa em explicar os ideais do sindicalismo cristão tanto para os empregadores quando para os camponeses. Estes aspectos de seu trabalho podem ser mais completamente ilustrados. O trabalho legal inclui dar conselho jurídico e explicar a lei aos membros do sindicato; resolver casos particulares, ou de forma privada ou nas cortes. Como foi indicado acima, muitos destes casos diziam respeito a expulsões ilegais da terra, questões de indenização, o não pagamento de salários e outros assuntos similares.

No que diz respeito ao aspecto da comunicação de seu trabalho, quando este estudo estava sendo conduzido, a Federação, os sindicatos independentes e as Ligas

Camponesas propuseram um contrato coletivo pedindo 80% de aumento de salário e benefícios de seguro social para os camponeses. Os advogados, nas suas visitas nos sindicatos, levavam cópias deste contrato aos presidentes e os orientavam a convocar assembleias gerais para debater, ou dar seu apoio geral a estas propostas. Quanto à função educativa que os advogados haviam se apropriado, isto podia consistir em aconselhar o presidente a respeito do âmbito de sua autoridade, encorajando-o a tomar certo rumo para sua ação, ou explicando seu papel numa situação legal/jurídica. Mas, no que diz respeito a reforçar os valores e métodos da Federação, talvez seja melhor ilustrado aos exemplos seguir observados:

CENA I

Na sede do sindicato de uma pequena cidade ao norte de Recife. O advogado foi chamado para entregar o contrato acima mencionado, e, nos poucos minutos que ficou aí, faz várias perguntas como a seguir:

Camponês: Recebemos o salário mínimo há quatro meses, em junho, meu empregador só começou a pagar o salário mínimo no mês passado. Será que eu posso cobrar a diferença salarial?

Advogado: Preste atenção ao que vou dizer. Não pense que estamos do lado dos proprietários de terra. Lhe digo isto: você tem um caso e se quiser ação legal, o defenderei até o fim. Mas pense bem, seu empregador está agora pagando o salário mínimo e obedecendo à lei. Você esperou tanto tempo pelo salário mínimo, será que um mês faz tanta diferença? Se pressionarmos pela aplicação da lei até a última vírgula, então, mais tarde, os proprietários farão mais tarde o mesmo. Como você sabe, terá uma lei descontando até 20% do salário pelo alojamento. A lei diz “até 20%”, mas se nós pressionarmos agora por cada pequena vantagem da lei, os proprietários farão o mesmo quando vier sua vez. Então, vamos deixar um pouco de lado, e ajudar a criar uma atmosfera de confiança. Mas, como falei, se você quiser lutar, e entrar na justiça com isto, irei com você até o fim.

Camponês: Não, deixe para lá. (Todos os camponeses balançam a cabeça e ecoam sua aprovação em coro. O advogado aproveita o momento para expor uma outra lição de moral).

Advogado: Agora, no que diz respeito à greve, se tiver problemas num engenho, vocês precisam dizer para o delegado sindical, aí. Ele deve então conversar sobre o assunto com o empregador e ver se eles dois podem resolver a dificuldade. Se eles não puderem, então, o delegado vem para o sindicato para dizer ao presidente. E o presidente vai para o engenho conversar a respeito do problema com o empregador. Se não conseguir alcançar um acordo, então o presidente pode deslanchar uma greve. E apenas ele. Vocês não devem parar de trabalhar por qualquer pequena razão, e só depois que uma tentativa do presidente de alcançar um acordo, e apenas se esta tentativa falhar é que vocês podem entrar em greve. (Os camponeses balançam a cabeça e murmuram sua aprovação).

CENA II

Na casa de um proprietário, o advogado explica o que o sindicato almeja.

Advogado: Queremos promover justiça no campo. Não queremos tomar nada de ninguém, mas apenas fazer com que a lei seja respeitada e aplicada. O sindicato aqui protege os interesses de seus membros de acordo com estes princípios. Se você tiver qualquer queixa do sindicato, talvez você queira comunicar diretamente com a Federação. Às vezes, os presidentes são por demais apressados ou lhes faltam tato, então se tiver queixa, talvez você queira nos avisar.

A Federação também tem um assessor administrativo cujo trabalho é, em parte, educativa, na medida em que explica os procedimentos necessários para organizar e administrar os sindicatos, e em parte lidando com a manutenção da eficiência dos dirigentes sindicais e comitês. Como no caso dos advogados, seu trabalho pode ser melhor ilustrado com um exemplo descritivo. A ocasião é a inauguração de um novo sindicato. Em razão de dificuldades de transporte o assessor administrativo junto com o presidente do sindicato que até então incluía este recém formado sindicato, chegaram tarde. Apenas alguns camponeses estavam presentes, então eles esperaram até que uns cinquenta tenham se reunido. O assessor administrativo explicou a conveniência de ter um sindicato separado no município, na medida em que assuntos jurídicos poderiam ser resolvidos sem ter que ir para a cidade vizinha, como havia acontecido até então. Mas, embora este município tenha estado numa área sindical, tornou-se obvio que muito poucos camponeses tem a menor ideia a respeito do que era sindicalismo. O assessor começou então a falar sobre as conquistas do salário mínimo que também pareciam desconhecidos. Ele teve então que explicar com muitos detalhes e em termos mais simples que se todo mundo trabalhava junto com o sindicato, eles poderiam obter o que queriam, eles poderiam escolher um representante para conversar em seu nome com os empregadores.

Os camponeses levantaram dúvidas a respeito das reações de seus empregadores, e expressavam seu medo de serem expulsos da terra ou sofrer violência. O assessor contou a experiência de outros sindicatos, enfatizando que a unidade é força. Ele perguntou então aos camponeses onde era o pior lugar para trabalhar na região, onde os salários mais baixos eram pagos e onde os trabalhadores eram maltratados. Um foi nomeado, mas nenhum trabalhador desta empresa estava presente na reunião. O assessor continuou propondo que sejam eleitos um presidente e um comitê e sugeriu que sua primeira tarefa fosse de ir conversar com o dono dessa propriedade, e falar para ele a respeito das leis sobre o salário mínimo e fazer com que ele melhorasse as condições aí. Esta proposta foi bem recebida e a eleição prosseguiu. O assessor leu em voz alta uma lista de nomes e perguntou se havia outras propostas ou candidatos para a presidência. Não havia e o assessor propôs três nomes para o cargo de presidente. Votando com um levantar das mãos, elegeu-se um deles de forma manifesta. O comitê foi eleito da mesma maneira. Assim, uma vez o sindicato inaugurado oficialmente, o presidente e o comitê eleitos, e com um programa de ação imediato, a reunião foi concluída.

Os servidores da Federação instruem ambos os camponeses e os proprietários a respeito do sindicalismo cristão com uma ênfase sobre a implementação da lei, o

respeito pelas pessoas, e a necessidade de promover a harmonia e evitar conflito. Eles asseguram aos proprietários que sua propriedade não será tomada deles, e garantem aos camponeses que na aplicação da lei eles encontraram a resposta as suas queixas. O resultado desta política conciliadora é que o camponês está cada vez mais consciente de sua dignidade e o empregador o trata com maior respeito. Um líder sindical disse:

Não é tanto o fato dos salários de fome, a péssima moradia, as longas horas no trabalho, o que é pior é quando você tem vinte ou quarenta homens apenas conversando uns com os outros, e o patrão chega, e começa a dar ordens, e eles calam e aceitam isto. É isto que está mudando. Somos seres humanos e eles começam a nos respeitar.

Outros presidentes de sindicatos afirmam que os proprietários reconhecem o sindicato até o ponto de consultar com eles a respeito de questões de interesse comum. Quando os termos do novo contrato coletivo foram publicados, antes da discussão, alguns proprietários foram até os sindicatos para esclarecimentos sobre o assunto. Naturalmente, nem todos os proprietários veem os sindicatos de forma favorável, mas sua oposição está se tornando mais branda se comparado com a época em que os membros do sindicato podiam ser sumariamente demitidos, e quando líderes sindicais eram ameaçados de morte. Pode ser dito que a nova legislação que está sendo implementada apresenta novas oportunidades para exploração, mas a impressão geral dos líderes sindicais é que as relações entre os proprietários e os camponeses estão melhorando.

Notas a respeito de alguns sindicatos da Federação que foram visitados

Escada

O sindicato de Escada, Amaraji e Ipojuca encontra-se na principal parte da área canavieira, seus 10.000 membros sendo empregados em 112 engenhos e usinas. Os municípios abrangidos por este sindicato fazem fronteira com o mais forte dos sindicatos independente, de um lado (Palmares) e os mais fortes dos sindicatos da Federação, do outro (Cabo e Vitória de Santo Antão). O sindicato de Escada surgiu independentemente, como uma associação de camponeses liderada por um protestante, em 1954, e foi reconhecido oficialmente como sindicato em novembro de 1962. Outra associação de camponeses no mesmo município depositou pedido de reconhecimento enquanto sindicato em 1956 e novamente em 1959. Estes pedidos não foram atendidos e parece que a associação ainda existe. O sindicato aluga uma sala e emprega uma equipe administrativa, entre seus membros inspetores que viajam continuamente para examinar as condições de trabalho nos engenhos e usinas da região. A maioria dos outros sindicatos se apoiam nos delegados para relatar os descumprimentos respeito da lei. O sindicato oferece alguma assistência médica a seus membros, empregando um médico e pagando parte do custo dos remédios. Ele aproveita os serviços legais da Federação. Do ponto de vista educacional, ele está colaborando com o prefeito recém-eleito para prover aulas de alfabetização.

O sindicato mantém relações amigáveis com os sindicatos independentes e as Ligas Camponesas agindo, às vezes, em colaboração com estas em oposição à Federação. Foi o caso no que diz respeito a uma declaração sobre moradia publicada

junto com as Ligas Camponesas, denunciando o estado das condições de vida nas áreas rurais e propondo uma tabela de critérios básicos de moradia na base dos quais o aluguel deveria ser calculado, discordando portanto de uma proposta da Federação sobre o mesmo assunto.

Vitória de Santo Antão

Situada na área costeira ao sul de Recife, este município era o lugar de nascimento das Ligas Camponesas e a cena de um dos projetos de colonização do governo. Vitória de Santo Antão era, havia muito tempo, um ponto focal da inquietação camponesa quando o atual sindicato fora fundado pelo Padre Monteiro em dezembro de 1961. À época de sua organização, o sindicato contava apenas com vinte membros. Mas os números foram crescendo, e continuam a crescer rapidamente, tendo hoje em torno de quatro mil e quinhentos membros. A sede permanente do sindicato é, no presente, propriedade da Igreja, embora novo local seja procurado. Ele também tem um local de reunião no Mercado, aos sábados. O sindicato possui um carro da marca jeep, e é considerado um dos sindicatos mais prósperos e eficazes. Ele provou sua força em ação individual. No caso de uma proposta de venda de uma propriedade que resultaria na expulsão de sessenta e quatro famílias de moradores sem indenização, o sindicato negociou em seu nome, e quando essas negociações falharam, obrigou a uma resolução através da greve. O sindicato providencia alguma assistência médica para seus membros e tem um convênio com o MEB para oferecer escolas pelo rádio.

Este sindicato manifesta confiança em si próprio e garante que as relações com os proprietários são favoráveis, em geral, embora haja ainda casos de expulsão da terra. Eles asseguram que as Ligas Camponesas provocam mal-entendidos entre proprietários e camponeses e promovem greves selvagens, e neste sentido constituem um problema para o sindicato.

Nazaré da Mata

Esta cidade na zona canavieira ao norte de Recife mostra elegantes escolas secundárias e casas particulares. O sindicato foi organizado em novembro de 1961 sob a orientação do pároco. Ele tem agora 5.450 membros. O sindicato realizou uma greve exitosa que ocorreu em setembro de 1963 a propósito de uma discordância quanto ao pagamento por produção no cultivo de cana. Também aboliu a prática do cambão no município. Mas, apesar destas provas de sua competência, ele está conhecendo muitas dificuldades. A primeira destas é a apatia de seu comitê, apenas a metade de seus membros sendo considerados ativos. Relações com os proprietários são consideradas ruins já que o barracão existe ainda, e há casos de expulsão de engenhos. O sindicato é designado como comunista pelos proprietários embora seja difícil determinar se este termo foi adquirido pelos seus próprios esforços ou por confusão com as Ligas Camponesas. O sindicato teme expulsão em massa dos engenhos no futuro, bem como teme que isto possa resultar em invasões de propriedades. O pagamento do salário mínimo aqui trouxe melhorias notáveis no nível de vida, mas apesar disto, Nazaré da Mata é, entre todos os sindicatos da Federação que foram visitados, o mais pessimista a respeito do futuro.

Timbaúba

Situado no norte do estado, ainda na zona canavieira, o município próspero de 37.000 habitantes. O sindicato inclui os municípios vizinhos de São Vicente Ferrer e Aliança, Macaparana foi incluído, mas formou recentemente seu próprio sindicato. O sindicato de Timbaúba foi fundado pela Igreja em 1961 e o presidente participou de um curso de formação para dirigentes. O sindicato foi oficialmente reconhecido em junho de 1962 e agora tem em torno de 7.000 membros. Ele é responsável por certo número de melhorias nas condições. A terra é alugada por dinheiro vivo, enquanto que antes ela era contra algodão, e o produtor pode agora vender seu algodão onde ele quer. A prática do cambão foi abolida, da mesma forma que o pagamento da renda por criar animais domésticos. No que diz respeito aos serviços sociais, o sindicato contratou um médico, enfermeiros e uma parteira, e ele estabeleceu uma escola. O presidente afirma que os problemas principais do momento são a intransigência de alguns empregadores, e a atividade das Ligas Camponesas que tem algo como 1.500 membros no município.

Bom Jardim

Esta é uma pequena cidade de aspecto cinza, no Agreste. As propriedades do município são pequenas e se dedicam à criação de gado e cultura do algodão. A mandioca e algumas frutas também são produzidas. O sindicato foi fundado pela Igreja em maio de 1961 e o presidente fez o curso de formação dos líderes. Não há assalariados na região e os membros do sindicato incluem pequenos proprietários, arrendatários e meeiros. O sistema do cambão está ainda em vigor. Os camponeses são pobres, a taxa de filiação ao sindicato é barata mas apenas 600 membros dos 1.300 pagam. O sindicato enfrenta o problema da falta de recursos e, até o momento, não há nenhuma vitória relevante para atrair novos membros e encorajar mais apoio. O sindicato oferece não nenhum serviço regular para seus membros além dos serviços legais da Federação, mas eles esperam estabelecer uma cooperativa.

João Alfredo

O município é também situado no Agreste. Originalmente fazia parte do sindicato de Bom Jardim, mas ele se tornou independente em maio de 1962 e tem agora 900 membros. Como em Bom Jardim, as propriedades aqui, na sua maioria, são pequenas, mas existem também aqui dez proprietários com grandes propriedades, uma delas tendo cem moradores.

Moradores

O sindicato tem estes grandes proprietários por responsáveis pelas condições existindo que incluem a prática do cambão e da condição, esta última sendo exigida do morador que trabalhe de três a quatro dias por semana por um salário muito baixo. Faltam moradias, mas há casas que são desocupadas, e há eventuais expulsões da terra. O algodão deve ser vendido apenas aos proprietários. Eles soltam seu gado na terra e culturas dos camponeses. O sindicato é limitado pela falta de recursos e ainda não venceu nenhum caso na justiça. Os camponeses estão com medo dos proprietários. No entanto, eles consideram formar uma cooperativa e procuram estabelecer dez escolas pelo rádio na região em convênio com o MEB.

Notas a respeito de dois sindicatos independentes visitados

Os sindicatos independentes são pouco numerosos e não constituem um grupo homogêneo como os sindicatos da Federação. Dois foram visitados no decorrer da presente pesquisa e são descritos abaixo.

Palmares

Palmares é situado no coração da zona canavieira, perto das maiores usinas do estado, ou mesmo do país. Esta região é coberta de plantações de cana de açúcar. Colinas ondulando suavemente apresentam um mosaico de canas em diversos estágios de crescimento, uma cena ao mesmo tempo bela e horrível. Bela no aspecto de cenário, horrível no que este vasto espaço de cana é plantado, cuidado e colhido à mão e com enxada. Também por estes homens, mulheres e crianças, na distância, trabalhando no canavial em espaçamento de dez a quinze metros, e o administrador, que vai de um ao outro, a cavalo, para inspetar o trabalho. Isto representa um sistema de produção de hoje e de ontem, de um século ou quatro séculos atrás. Uma bananeira eventual enfatiza a falta de culturas de subsistência.

Havia uma associação de camponeses em Palmares desde 1953 que foi a base do presente sindicato que foi organizado em 1961 e reconhecido oficialmente em janeiro de 1963. Seus líderes atuam há muito tempo em associações camponesas, seu presidente foi em algum momentos membro ativo das Ligas Camponesas e visitou Cuba com Francisco Julião. Palmares é excepcional como sindicato pelo fato de seu tamanho, ele cobre vinte e um municípios e tem uns 30.000 membros. Com todos seus membros pagando as taxas de filiação, e com a ajuda de agência do governo, o sindicato de Palmares é capaz de providenciar certo número de serviços para seus membros, incluindo ajuda legal, assistência odontológica e escolas. O sindicato tem uma sede bem equipada e possui um jeep.

O sindicato de Palmares interpreta a situação das áreas rurais como sendo de conflito de classe no qual o camponês é explorado em benefício do proprietário. Diferentemente dos sindicatos da Federação ele enfatiza menos a melhoria das condições pela aplicação e extensão da lei, mas se concentra na procura de soluções que modificarão as relações de classe. Embora tanto a Federação quanto os sindicatos independentes possam agir da mesma forma ao providenciar serviços legais e fazer pressão por aumentos salariais através de contratos coletivos, suas diferentes interpretações do conflito rural implicam uma diferença na maneira como estabelecem prioridades e nas suas ideologias. O sindicato de Palmares não se juntou à Federação de Sindicatos Rurais porque ele acredita que esta, ao admitir que há diferentes classes rurais, tais como assalariados e proprietários autônomos, não poderia representar efetivamente uma classe específica. No entanto, Palmares goza de relações amigáveis com a Federação e com alguns dos sindicatos federados. Ele tem relações próximas com o sindicato dos trabalhadores da indústria do açúcar e do álcool, com o sindicato dos bancários, a união dos estudantes e os sindicatos industriais do estado.

Em razão do tamanho e área de influência do sindicato de Palmares, ele goza de uma posição política importante. O secretário descreve sua própria posição no centro

esquerda e chama o presidente de centro-direita. A política explícita do sindicato é de apoiar os governos nacionais e estadual cuja ação e políticas aprovam. Alguns membros da Federação dos sindicatos rurais confundem o sindicato de Palmares e outros sindicatos independentes com as Ligas Camponesas e os designam todos como sendo comunistas. As Ligas Camponesas também chamam o Sindicato de Palmares de comunista, criticando-o por seguir a política conciliatória do Partido Comunista Brasileiro de tendência pró Moscou. A Supra chama o sindicato de Palmares de 'autêntico'. No seus contatos do dia a dia com diversos grupos, o sindicato reivindica que suas relações com a polícia e as autoridades políticas são boas no município de Palmares, mas não em outros municípios. Suas relações com proprietários bem educados são amenas, e com o governo do estado, boas. Os principais inimigos do sindicato de Palmares não são pessoas mas instituições de classe, ou seja o latifúndio⁵ ou grandes propriedades rurais, e o capitalismo norte-americano.

Jaboatão

Jaboatão se situa perto de Recife. A sede do município é uma cidade industrial, e as áreas rurais são ocupadas pela produção açucareira e culturas de subsistência. Um sindicato foi organizado aí pela igreja e, ao mesmo tempo, outro o foi por uma dissidência das Ligas Camponesas. Pelo fato de que a lei permite a existência de apenas um sindicato rural por município, os dois sindicatos tiveram que se combinar e eleger uma diretoria. Antes mesmo das eleições, as duas partes entraram em conflito a respeito da maneira de anunciar a eleição, e o desenlace foi que o Delegado do Trabalho do governo do estado interveio e nomeou uma diretoria provisória até o momento em que a paz fosse restaurada e as eleições ocorrerem. A diretoria provisória era encabeçada pelo líder de um sindicato independente, não sob a influência da igreja, um líder carismático que, segundo todos os relatos, "vive morrendo pelos camponeses", cujo grupo terminou ganhando as eleições subsequentes. O sindicato de Jaboação estende até os municípios vizinhos de Moreno, São Lourenço de Mata, Paudalho e Glória de Goitá, nos quais, todos, foram estabelecidos sindicatos membros da Federação. O sindicato de Jaboação afirma que tem 2.600 membros e não está claro qual é o número de membros em outros municípios. O sindicato não tem sucesso individual para mencionar, a não ser os avanços realizados pelo movimento camponês como um todo, e os sucessos de casos específicos no judiciário, mas relata longamente suas dificuldades. Estas incluem a hostilidade dos proprietários em expulsar os camponeses da terra, discriminar contra membros do sindicato, provocando deliberadamente desemprego, e as más práticas tradicionais e comum de descumprimento da lei em relação ao pagamento e condições de trabalho. O sindicato afirma que suas relações com a polícia e as autoridades locais são ruins. Em razão da crise eleitoral recente, está em mal termos com a Federação que ele acusa de ter destruído os documentos legais do sindicato. O único otimismo que o sindicato manifesta diz respeito a sua fé no governo estadual, que ele apoiará sempre.

⁵ Em português no texto.

Os Sindicatos e os proprietários

Os dados apresentados acima a respeito da distribuição da terra indicam que os proprietários não são um grupo homogêneo. Obviamente, aqueles que tem mais de 1.000 hectares de terra e vivem na cidade deixando suas propriedades nas mãos de um administrador devem ser diferentes daqueles que possuem menos de 100 ha, que trabalham e vivem em contato direto com seus empregados. Entretanto, o sindicato lida com todo tipo de proprietário de terra e, na medida em que os líderes sindicais falaram de suas relações com os proprietários de terra em termos gerais, é possível propor algumas poucas observações aqui, novamente em termos gerais. Em geral os proprietários de terra eram hostis às Ligas Camponesas, pois experimentaram manifestações de grande porte da insatisfação dos camponeses pela primeira vez e sentiram sua posição ameaçada. Invasões de propriedade ou conversas a respeito de tais invasões colocavam automaticamente os proprietários numa posição de antagonismo, e eles responderam tentando reprimir as Ligas Camponesas com medidas que, em alguns casos, levaram a mortes, violências e tortura. Em muito mais casos, os proprietários discriminaram os membros das Ligas e proibiram seus trabalhadores de ter contato com elas. A reação dos proprietários aos sindicatos era amplamente determinada pela sua experiência com as Ligas Camponesas... uma reação negativa. Neste contexto, a atitude conciliadora da Federação dos Sindicatos Rurais pode ser avaliada. Os sindicatos, que foram visitados no decorrer deste estudo, descreveram suas relações com os proprietários e indicaram mudanças e melhorias. É claro que o sindicato está se tornando uma instituição estabelecida e reconhecida, e há menos casos de hostilidade direta por parte dos proprietários de terra. Há um ano, a maioria dos presidentes dos sindicatos recebiam ameaças de morte e parece que presidentes de sindicatos nos estados vizinhos de Alagoas e Paraíba continuam nesta posição infeliz, mas em Pernambuco, ameaças de morte e de violência não são mais utilizados nas suas relações com os sindicatos. Há discriminações ocasionais contra membros do sindicato que são relatadas mas isto está se tornando raro. Parece que a maioria dos proprietários aceitaram a existência de sindicatos rurais enquanto uma pequena minoria está ainda violentamente oposta a eles. A maioria dos sindicatos da Federação que foram visitados defendem que suas relações com os proprietários são boas. Um presidente disse que o sindicato pode lidar com proprietários educados, mas precisa de advogados para lidar com os demais.

Como foi indicado ao longo deste relatório, ainda há conflito e amplas razões para ter conflito entre proprietários e camponeses. Um dos sindicatos descreveu um novo método de exploração que ocorreu com a implementação do salário mínimo. Alguns proprietários de terra tentam evitar pagar o salário mínimo ao dar tarefas relativamente especializadas para trabalhadores não qualificados que não podem efetuar com os quotas exigidos por um período dado. É difícil ver como esta atitude vindicativa beneficia os proprietários. O tipo de comentário mais favorável a respeito das relações entre proprietários de terra e sindicatos foi oriundo de poucos sindicatos que afirmam que os proprietários vem para conversar com eles a respeito de interesses comuns. Os dois sindicatos independentes que visitei tinham comentários menos favoráveis a fazer a respeito de suas relações com os proprietários mas em Palmares a pessoa que respondeu

observou que quanto maior a distância social entre proprietários e trabalhadores, melhores as relações, o que quer dizer que os maiores dos proprietários mostravam-se mais compreensíveis e conciliadores enquanto que os outros eram mais intransigentes.

Mesmo na base destas observações, seria inapropriado assumir uma tendência a relações crescentemente mais harmoniosas entre proprietários e camponeses. Deixando de lado uma possível reforma agrária, o futuro pode trazer muitos problemas. O desemprego atual e previsível foi mencionado por vários sindicatos. Dois fatores podem estimular mais desemprego. Um é que as novas provisões legais no que diz respeito ao pagamento para uma semana de sete dias e os benefícios do seguro social encorajam a racionalização do emprego, de tal modo que um proprietário prefere ter seus empregados trabalhando a semana toda em vez de ter um número maior trabalhando tempo parcial. O outro é que com a aplicação da lei à respeito de indenização para aqueles que deixam a terra e a abolição do cambão, os dias de trabalho gratuitos fornecidos pelos moradores, o sistema de ter moradores e meeiros torna-se menos proveitoso para os proprietários que doravante preferem uma relação assalariada simples com seus empregados. Como esses contratos são geralmente estabelecidos numa base anual, a brusca interrupção destes contratos ou a recusa em renová-los poderia resultar em que numerosas famílias sejam despejadas da terra e deixadas sem trabalho nem moradia. Alguns sindicatos, ambos federados e independentes, vislumbram um futuro de duras lutas pra frente para as quais a única solução seria a invasão de propriedades.

Os sindicatos e outras organizações

As Ligas Camponesas: Como foi mencionado acima, este estudo não inclui as Ligas Camponesas mas elas foram descritas aqui na medida em que suas atividades até certo ponto prepararam o terreno para a aparição dos sindicatos; e também na medida em que foram muitas vezes mencionadas de maneira não favorável pelos sindicatos. As Ligas Camponesas diferem dos sindicatos quanto a sua interpretação da situação no campo, e quanto a seu diagnóstico para o futuro. As Ligas são convencidas que haverá uma revolução armada daqui a dois ou três anos, tempo em que será erguida uma nova ordem social. Sua orientação política é de trabalhar com vistas a esta revolução, na qual os camponeses terão um papel vital, e para a qual elas têm meia dúzia de pessoas treinando em Cuba. Suas divergências com os sindicatos não os impedem de se juntarem para a melhoria das condições dos camponeses como foi o caso para obter o salário mínimo e o subseqüente aumento no salário etc.

SUPRA: Supra não definiu formalmente sua política (polity) em relação aos sindicatos na época em que este estudo foi empreendido, embora o chefe da delegacia da SUPRA em Pernambuco declarasse sua intenção de estabelecer sessenta novos sindicatos até o fim do ano, ou seja daqui a dois meses. Havia neste momento, 26 municípios sem sindicatos, e muito mais municípios que não eram a sede de um sindicato, o que permitiu estabelecer esse número. O delegado da SUPRA disse que a Federação não representava os interesses da classe camponesa como um todo, isto sendo baseado no fato de que os sindicatos independentes não queriam se juntar à Federação e que as Ligas Camponesas não queriam se tornarem sindicatos. Ele esperava que, ao estabelecer

sessenta novos sindicatos que fossem verdadeiramente independentes, seria possível reorientar a Federação e torna-la mais representativa da classe camponesa. É duvidoso que SUPRA tenha completado essa tarefa nos dois últimos meses de 1963.

SUDENE e ANCAR: ambas entidades são engajadas em promoção rural, mas nenhuma tem orientação política alguma a respeito dos sindicatos, seja em promover o estabelecimento de sindicatos, seja em utilizá-los como órgãos através dos quais elas podem agir. A SUDENE e o sindicato de Palmares estavam, na época deste estudo, debatendo um projeto de moradia. O sindicato de Vitória de Santo Antão mencionou a possibilidade de contratar um agrônomo em colaboração com a ANCAR, mas nenhum sindicato mencionou ter recebido apoio de nenhum destes dois órgãos, bem como nem SUDENE nem ANCAR afirmaram fornecer algum apoio.

Em resumo...

Antes de avaliar as realizações legais, econômicas e políticas dos sindicatos, os aspectos regionais do movimento devem ser enfatizados. As realizações mais notáveis do movimento sindical têm beneficiado principalmente os trabalhadores empregados na cultura da cana de açúcar na região costeira e a parte limítrofe do Agreste. Vitórias concentraram-se perto da costa enquanto o trabalhador rural do interior do Agreste e do Sertão não tiveram esta sorte. Talvez os sindicatos de Bom Jardim e João Alfredo são típicos na medida em que têm problemas que não podem ser resolvidos da mesma maneira que os problemas que surgiram entre trabalhadores canavieiros. Para o pequeno produtor autônomo, o arrendatário e o meeiro cujos ganhos dependem diretamente de sua produção, os problemas do foro e das restrições quanto às culturas podem ser resolvidos por uma convenção coletiva, mas dificilmente serão apoiadas por uma greve. A pobreza destes camponeses é tamanha que eles foram incapazes de contribuir o suficiente para seus sindicatos de modo que estes não têm meios de oferecer a seus membros serviços relevantes tais como o estabelecimento de cooperativas de produção ou de crédito. Levando estas limitações em conta, as realizações do movimento sindical podem ser avaliadas.

Realizações Legais:

Com os serviços legais oferecidos aos sindicatos, com o crescente conhecimento da lei por parte dos camponeses e sua consequente vigilância quanto a sua aplicação, os descumprimentos individuais diminuíram nas áreas rurais. Mas, com o trabalho contínuo dos advogados e os medos pairando a respeito de expulsões em massa tais como expressas por alguns líderes sindicais, está claro que, embora a situação esteja melhorando, há ainda muito o que fazer nesta área. Um avanço importante foi a aceitação crescente do sindicato como o órgão responsável por defender os direitos dos camponeses.

Aspectos Econômicos:

Economicamente, o camponês na área canavieira é, sem dúvida, em melhor situação, recebendo agora um salário mínimo de 905,00 cruzeiros por dia com uma semana de trabalho de seis dias, um 13º mês por ano, e uma tabela de tarefas conveniada em harmonia com o salário mínimo. Poderia se esperar que mudanças desta

magnitude teriam algum efeito sobre a estrutura econômica da região, mas isto não ficou aparente ainda. Seria de se esperar que o aumento do custo da mão de obra que aumentou os custos de produção teria obrigado os donos da terra a utilizar meios de produção mais eficientes de maneira a aumentar a produção per capita, e manter assim o antigo nível de custos. Teria sido ainda esperado que se o proprietário não tivesse capital o suficiente para trazer melhores técnicas de produção, ele seria forçado a vender parte de sua terra, e ao mesmo tempo, colocando mais terra no Mercado para angariar capital, baixar o preço desta. No entanto, os aumentos salariais foram implementados simplesmente por um aumento no preço do açúcar e produtos da cana, de modo que o Sistema de produção e de posse da terra permaneceu intocado. Poderia se supor também que o aumento dos salários dos camponeses teria estimulado o comércio local. Um líder sindical observou como o Mercado local prosperava desde a introdução do salário mínimo, como 32 cabeças de gado, em vez de 18 previamente, eram agora abatidas semanalmente e como os comerciantes vendiam agora mais roupas e produtos para o lar. Embora haja, na época em que este estudo foi empreendido, queixas a respeito do aumento do custo de vida, não havia reclamações no sentido de que o aumento do consumo fosse eliminado. Os demais efeitos dos melhores salários dos camponeses em relação ao Mercado de consumo mereceriam um exame detalhado.

Aspectos Políticos

A Federação dos Sindicatos Rurais é deliberadamente não-política e significa com isto que ela não apoia, enquanto entidade, nenhum partido político em particular ou dá diretrizes eleitorais a seus membros. Os sindicatos independentes dizem que apoiam o governo estadual e nacional. Parece que os ganhos salariais e contratuais foram obtidos sem necessitar de um compromisso político, ou oferecer apoio a certos partidos ou personalidades. Mas esta atitude apolítica parece irrealista, e há um número de razões pelas quais os sindicatos podem adotar uma posição política definida no futuro. Em primeiro lugar, já que uma das principais questões do momento é a Reforma Agrária, pareceria essencial que os camponeses expressam suas opiniões sobre o assunto através do sindicato. Até recentemente, o camponês era insignificante politicamente por conta de seu isolamento e analfabetismo. Ele não é mais inconsciente politicamente e pode, sem muitas dificuldades, inscrever-se nas listas eleitorais, se os sindicatos orientassem seus membros neste sentido. Agora, com a existência da recém formada Confederação nacional dos sindicatos rurais, há um órgão capaz de encorajar, em escala nacional, a participação dos camponeses à cena política e tais são seus números que o voto dos camponeses poderia ter uma influência decisiva para as próximas eleições nacionais. Com estas possibilidades a frente, é tão mais surpreendente que em Pernambuco, os sindicatos rurais não terem engajado mais na política local, pois a única atividade política registrada tem sido a tentativa de alguns poucos líderes de sindicatos federados para se eleger à Câmara de Vereadores que fracassou. Este julgamento pode ser prematuro, pois a história dos sindicatos é curta e seu crescimento rápido, e pode bem ser que, enquanto estas linhas são escritas, a situação tenha mudado.

Resta apenas a esperar que o movimento sindical rural em Pernambuco vai continuar e intensificar seu trabalho legal particularmente no que diz respeito às áreas menos diretamente beneficiadas até o presente momento, e que o movimento, como um todo, será politicamente engajado, de tal modo a garantir a representação dos interesses dos camponeses no governo nacional, e para garantir que os benefícios de uma sociedade que avança sejam distribuídos de forma justa e eficiente nas áreas rurais.

Post-Script

Este estudo foi realizado da metade de outubro à metade de novembro de 1963, e este relatório foi concluído no fim do mesmo ano. A situação que descreve é, essencialmente, de mudança e pode até, agora em fevereiro de 1964, ser considerado ultrapassado. A imprensa dá pouca atenção aos sindicatos rurais e as notícias a seu respeito são repassadas oralmente, não pelo rádio, mas graças a viajantes.

Desde minha volta ao Rio de Janeiro, ouvi falar das seguintes mudanças que dizem respeito aos sindicatos rurais em Pernambuco. Os líderes sindicais camponeses tiraram os advogados de sua posição de controle na Federação dos sindicatos rurais. Esta Federação não existe mais na forma mencionada neste relatório, tendo formado aí no seu lugar, três federações. Uma federação pelos sindicatos de assalariados e inclui muitos dos sindicatos antigamente federados e o sindicato de Palmares. Uma outra federação reúne os sindicatos de meeiros e moradores. Ainda outra existe para os pequenos proprietários que não são empregadores.

Nos últimos três meses, Supra estimulou o estabelecimento de sindicatos rurais, e enquanto o número atual de sindicatos não é disponível, é possível que o delegado de Supra em Pernambuco tenha alcançado seu objetivo de sessenta sindicatos.

ANEXO

Lista de Sindicatos Rurais em Pernambuco (listados por município)

A seguir, uma lista dos municípios nas três zonas de Pernambuco. À época do censo de 1960, havia 102 municípios. Desde então, 19 novos foram criados. Os nomes são precedidos da letra 'x'. As abreviações que seguem se referem aos sindicatos nos municípios indicando se são reconhecidos ou não, federado ou independente, sede ou delegacias sindicais, data de reconhecimento ou ano em que foi dada entrada no pedido de reconhecimento.

Abreviações

Em maiúsculas, os sindicatos reconhecidos. Em minúsculas, os sindicatos não reconhecidos. S. significa sede de um sindicato. D: Delegacia sindical. F: sindicato da Federação; I: sindicato independente; S: Sindicato.

Em muitos casos, o pedido de reconhecimento ficou por tanto tempo no Ministério do Trabalho que a composição do sindicato mudou neste intervalo. Mesmo reconhecidos, há sindicatos que se desmembraram e suas delegacias formaram sindicatos distintos. Esta lista, compilada a partir dos dossiês da Supra e daquelas da Federação dos Sindicatos Rurais em Pernambuco e os sindicatos que aparecem como

não atualizados foram colocados entre colchetes. Em 1963, Paudalho deu entrada em um pedido de reconhecimento como sindicato. Ele pertencia à Federação.

Em 1962, Nazaré da Mata deu entrada a um pedido de reconhecimento como sindicato, incluindo Paudalho na sua área. Esse também pertencia a Federação, mas que outros pedidos havia sido dado entrada, entretanto, o grupo sindical provavelmente não existe mais. Em 1957, um sindicato requereu reconhecimento, provavelmente não existe mais. Esse sindicato não reconhecido e independente, em Jaboatão, inclui Paudalho em sua área.

Nota. Ao referir-se ao sindicato de Palmares, foi dito que ele inclui 21 municípios, mas apenas 19 estão listados aqui, na medida em que a publicação oficial do título do sindicato é algo confuso, e os demais municípios não podem ser identificados.

ZONA COSTEIRA

Água Preta		DISi Palmares
Aliança	sfsi (p63)	Ex-DFSi de Timbaúba
Amaraji	DFSi Escada	
X Barra de Guabiraba	sfsi de Escada (p63)	DISi Palmares
Barreiros		SDISi (1-3-56)
X Belém de Maria		DISi Palmares
Bonito		DISi Palmares
Cabo	sfsi (p63)	DISi Palmares
Carpina	SFSi (26-04-63)	Ex-DFSi de Nazaré da Mata 62/ d?si de Paudalho p57
Catende		DISi Palmares
X Condado	SFSi (03-12-63)	
Cortês		DISi Palmares
Escada	SFSi (25-09-62)	(hqis p56, p59)
Gameleira		DISi Palmares
Goiana	sfsi (p63)	
Igarassu		sisi (p63)
Ipojuca	SFSi Escada	
X Itamaracá		Disi Igarassu
Jaboatão		Sisi (p63)
Joaquim Nabuco		DISi Palmares
Macaparana	Sfsi (p63) ex-DFS Timbaúba	
Maraial		
Moreno	SFSi (26.04.65)	Disi
Nazaré da Mata	Sfsi (p63) (ex-DFSi Timbaúba)	
Olinda	Sfsi (p63)	
Palmares		SISi (21-1-63)
Paudalho	Sfsi (p63)(dfs- Nazaré da Mata p62)	Disi Jaboatão (s?si p57)
Paulista		sisi (p63)
Quipapá	SFSi (26-04-63)	DISi Palmares
Recife	sdfs (p??)	
Ribeirão		DISi Palmares
Rio Formoso	hq?s(p63)	DISi Barreiros(d?s Paudalho 57)
São Lourenço	SFSI (26-04-63)	disi Jaboatão

São Vicente Ferrer
x São José da Coroa Grande ⁶ DFSi Timbaúba

Sirinhaem		DISi Barreiros
També		SISi (2-8-63)
Timbaúba	SFSI(03-06-62)(dfs Nazare da Mata 62)	
Vicência	sdfs(p63)	
Vitório do Santo Antão	SFSI (13-5-62)	
AGRESTE		
Agrestina	SFSI(03-12-65)	
Alogoinha	sdfs(p??)	
Altinho	SFSI(03-12-63)	
Angelin	sdfs (p63)	DISi Palmares
Belo Jardim		
Bezerros	sdfs(p63)	DISi Palmares
Bom Conselho	SFSI(03-12-63)	
Bom Jardim	SFSI(27-8-63)(DFS Limoeiro)	
x Brejão	SFSI(03-12-63)	
Brejo da Madre de Deus	sdfs(p63)	
xCachoeirina	sdfs(p63)	
Camocinha de São Felix	Sdfs(p63)	DISi Palmares
Canhotinho	SFSI(16-09-63)(DFS Lajedo)	
Caruaru	SFSI(13-05-62)	
Correntes	SFSI(p63)	
Cupira	dfsi Panelas 62	DISi Palmares
Garanhuns	SFSI(20-08-63)	DISi Palmares
Glória de Goitá	SFSi (p.62)	disi Jaboatão
Gravatá	SFSI (20.08.63)	DISi Palmares
x Jataúba		
João Alfredo	sfsi (p63) DFSi Lajedo	
x Jupi	SFSI (19.08.63)	
Jurema	SFSI (02.12.63) DFSi Lajedo	
Lagoa dos Gatos	dfsi Panelas 62	
x Lagoa do Ouro	SFSI (16.09.63)	
Lajedo	SFSI (13.05.62)	
Limoeiro	SFSI (13.05.62)	
Orobó	sfsi (p63) (DFSi Limoeiro)	
Palmeirinha	SFSI (20.08.63)	
Panelas	(sfsi p62) sfsi (p63)	
Pesqueira		sis (p63)
Poção		
Riacho das Almas	DFSi Caruaru	
Sanharó		
Santa Cruz do Capibaribe	DFSi Caruaru	
São Bento do Una	SFSI (03.12.63) (DFSi Lajedo)	

⁶ Antigamente parte de Barreiros, provavelmente incluído neste sindicato.

São Caetano	SFSI (02.12.63)	DISi Palmares
x São João	SFSI (28.08.63)	
São Joaquim do Monte		DISi Palmares
Surubim	sfsi (p63)	
Taquaritinga do Norte		
Toritama		
Vertentes		s?si (p62)
SERTÃO		
Afogados da Ingazeira	sfsi (p63)	
Águas Belas	sfsi (p63)	
Araripina	sfsi (p??)	
Arcoverde		
Belém do São Francisco		
x Betânia		
Bodocó		
Buíque		
Cabrobó		
Carnaíba	sfsi (p63)	
Custódia		
Exu		
Flores		
Floresta		
Inajá		
x Ipubi		
x Itaíba	sfsi (p63)	
Itapetim		
x Mirandiba		
Ouricuri		
Parnamirim		
Pedra		
Petrolândia	sfsi (p??)	
Petrolina	1. SFSI (27.07.63) 2. sfsi (p??)	syndicato para vaqueiros
Salgueiro	sfsi (p??)	
Santa Maria da Boa Vista		
São José do Belmonte		
São José do Egito	sfsi (p63)	
Serra Talhada	sfsi (p63)	
Serrita		
Sertânia		
Tabira	sfsi (p63)	
Tacaratú		
x Terra Nova		
Triunfo	sfsi (p63)	
x Tuparetama	dfsí S. José do Egito	
x Venturosa		
x Verdejante		